



Interdisciplinary

LINKSCIENCEPLACE

DOI: 10.17115

ISSN: 2358-8411

Scientific Journal

Interdisciplinary Scientific Journal. ISSN: 2358-8411

Volume 12, article nº 06, January/March 2026

D.O.I: <http://dx.doi.org/10.17115/2358-8411/v12a06>

Accepted: 20/09/2025 Published: 30/11/2025

THE INFLUENCE OF WORK ON THE MENTAL HEALTH OF SPECIAL EDUCATION TEACHERS

A INFLUÊNCIA DO TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Mysllene Gomes do Nascimento (UENF) ¹ , Crisóstomo Lima do Nascimento (UENF) ² .

Abstract - Nowadays, in the contemporary world, society has been experiencing massive transformations, and the number of students with some disability or disorder has increased. In the given context, Multifunctional Room teachers face a series of issues, including the absence of public policies aiming their health and well-being. The purpose of this research is to understand the challenges and needs of teachers of Specialized Educational Support Services by presenting strategies to improve the well-being and life quality of teachers and students. The idea is to provide high-quality teaching and a healthier school environment. To write this study, it was conducted a literature review of scientific papers on the subject based on authors such as Montoan (2015), the Legal Political Frameworks of Special Education to Inclusive Education (2010), and the National Law of Curricular Guidelines and Educational Framework (2023). It is essential that attitudes towards caring and valuing these professionals are adopted to promote changes that allow greater equality, equity, and respect in the school environment.

Keywords: Mental health; Educators; Inclusive Education.

Resumo - No mundo contemporâneo, observa-se que a sociedade vem passando por grandes transformações, e o número de alunos matriculados com algum tipo de deficiência ou transtorno tem aumentado. Nesse contexto, o professor que atua na Sala de Recursos Multifuncionais enfrenta diversos desafios, entre os quais se destaca a ausência de políticas públicas voltadas para a saúde e o bem-estar desse profissional. O objetivo deste estudo é compreender os desafios e as necessidades do professor de Atendimento Educacional Especializado, apresentando estratégias que promovam o bem-estar e a qualidade de vida tanto dos professores quanto dos alunos. Dessa forma, busca-se proporcionar um ensino de qualidade e um ambiente escolar mais saudável para todos. Para a construção deste artigo, foram realizadas pesquisas bibliográficas em artigos científicos sobre o tema, utilizando-se autores como Montoan (2015), Marcos Político-Legais da Educação Especial Inclusiva (2010) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2023). É fundamental que atitudes mais voltadas para o cuidado e valorização desse profissional sejam adotadas, a fim de promover mudanças que possibilitem maior igualdade, equidade e respeito no ambiente escolar.

Palavras-chave: Saúde Mental; Professor; Educação Inclusiva.

¹ Aluna especial de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem - UENF

² Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem

INTRODUÇÃO

A Educação Especial Inclusiva é um campo de suma importância para promover a equidade educacional. O professor que atua na Sala de Recursos Multifuncionais é cercado por diversos desafios e dificuldades, dentre eles a ausência de políticas públicas de formação continuada nesta modalidade de trabalho.

Segundo Mantoan, "A inclusão escolar é um processo que visa à participação ativa de todos os alunos, independentemente de suas condições, capacidades ou necessidades, no ambiente escolar e na sociedade. A proposta de inclusão não diz respeito apenas ao acesso, mas à participação e à aprendizagem de todos"(Mantoan, 2015, p. 11).

O docente do Atendimento Educacional Especializado - AEE possui um público-alvo bem diversificado composto por alunos com diferentes deficiências, que têm impedimentos diversos de natureza física, mental ou sensorial. Diante da diversidade dos alunos que o Professor de AEE possui, o mesmo precisa realizar planejamentos educacionais individualizados, elaborando metodologias, recursos didáticos, adaptação para o currículo funcional e estratégias diferenciadas para atuar com cada um dos seus educandos.

Pode-se compreender tais deficiências como vivências subjetivas únicas, pois os educandos podem apresentar desorganização do pensamento, alterações na afetividade, distorções na percepção sensorial sempre de modos particulares e únicos. Com isso, faz-se necessária a valorização da capacitação deste educador através de uma escuta ativa e acolhedora de forma que ele também seja sensível a experiência subjetiva de seus alunos. A relação entre o trabalho docente, as reais condições sob as quais ele o desenvolve e o adoecimento mental dos professores de AEE constituem um desafio e uma necessidade para se entender o processo saúde-doença, visto o alto índice de afastamentos por motivo de saúde. O presente trabalho pretende apontar para a importância do desenvolvimento de políticas públicas de capacitação deste docente e suas condições cotidianas de trabalho de modo que as escolas elaborem mais projetos que promovam a melhora da saúde mental desse profissional a partir de um maior acolhimento de seu lugar de fala e escuta sensível de seus desafios e dificuldades do seu cotidiano profissional.

DESENVOLVIMENTO

O movimento mundial pela Educação Inclusiva é uma ação cultural, social, pedagógica em defesa do direito de todos os alunos estudarem juntos e sem discriminação. Segundo o Ministério da Educação (2010), o atendimento das pessoas com deficiência no Brasil teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, hoje denominado Instituto dos Surdos, ambos no Rio de Janeiro.

No século XX é fundado o instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental, em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBNEN, Lei nº4.024/61, que aponta o direito dos "excepcionais" à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Um dos Decretos promulgado no Brasil que teve uma grande repercussão na educação, foi o Decreto nº3.956/2001, que fala da Convenção de Guatemala (1999), onde afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas "defi-

nindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais”.

A Educação Especial por muito tempo foi organizada de forma paralela à educação comum, com a Declaração de Salamanca em 1994, as escolas regulares passaram a atender todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, entre outros. Todas as escolas passaram a receber orientações inclusivas e um de seus principais objetivos é de combater atitudes discriminatórias em relação a qualquer criança.

Com essa integração, surge o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, este atendimento tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas, essas atividades são diferenciadas das atividades realizadas em sala de aula regular, não substituindo as aulas com a turma regular, esses atendimentos complementam e/ou suplementa a formação dos alunos, vale ressaltar que esses atendimentos devem estar articulados com a proposta pedagógica do ensino comum.

A política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva considera a a pessoa com deficiência, aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial, em interações com diversas barreiras, podem ser restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade, alunos com transtornos globais do desenvolvimento, são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Nesse grupo está incluído alunos com autismo, psicose infantil, alunos com altas habilidades/superdotação, deficiente auditivo, deficiente visual, síndrome de dow e deficiente intelectual.

O atendimento educacional especializado deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum, com a mediação de atividades que enriqueçam as aulas no ensino regular, esse atendimento tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e do desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Desde o nascimento, aos três anos o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem com o apoio do serviço de saúde e assistência social. Em todas as etapas da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Devendo ser realizado no turno inverso da da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realiza esse serviço educacional.

O presente artigo analisa a influência do trabalho na saúde mental dos professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atuam nas Salas de Recursos, à luz dos Marcos Político-Legais da Educação Especial e da perspectiva da Educação Inclusiva. Observa-se um aumento no número de alunos com laudos diagnósticos, refletindo também na expansão da rede de Salas de Recursos na rede municipal de Campos dos Goytacazes, o que conseqüentemente resulta no crescimento da quantidade de professores atuando nessa área.

Estudar a saúde mental dos profissionais de AEE é fundamental para assegurar a qualidade do ensino e o bem-estar de todos os envolvidos no processo educativo. Investir na saúde mental desses docentes é, portanto, um investimento em um futuro mais justo e equitativo para todos.

A alta demanda de trabalho, a falta de recursos adequados e o contato constante com situações complexas têm gerado estresse, ansiedade e até depressão entre os profissionais, impactando diretamente na qualidade do ensino, nas relações com os alunos e na capacidade de atender às exigências

da profissão. Por isso, é imprescindível a criação de programas e ações voltados à promoção da saúde mental dos professores de AEE, como oficinas de gestão do estresse, grupos de apoio e acompanhamento psicológico. Um professor com boa saúde mental estará mais preparado para enfrentar os desafios da sala de aula, criando um ambiente de aprendizagem mais positivo e acolhedor para todos os alunos. "Os professores devem ser formados e preparados para lidar com a diversidade na sala de aula, não apenas com as deficiências, mas com as diferenças culturais, sociais, linguísticas e cognitivas que compõem a realidade dos alunos"(Mantoan, 2015, pág. 49).

Apesar dos avanços já alcançados, os desafios permanecem. O desejo de promover uma educação inclusiva e de qualidade precisa ser constantemente debatido e consolidado em espaços públicos, com o objetivo de construir e aprimorar propostas para a formação continuada dos professores das Salas de Recursos.

O capítulo V, da LDB, está voltado para educação especial e determina as garantias de matrículas, a fim de atender as especificidades de cada indivíduo na Educação Especial. Assim, de acordo com o art. 58:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular Lei n 43 o 9.394/1996 de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1o Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2o O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3o A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida (Brasil, 2023).

Portanto, no art. 59 tem-se a garantia de que os sistemas de ensino assegurarão o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular(Brasil, 2023)

A inclusão na LDB é um marco importante na luta por uma educação mais justa e igualitária. Contudo, ainda há muitos desafios a serem superados. Ao investir em formação, recursos, conscientização e um olhar diferenciado para o professor de atendimento educacional especializado, podemos construir escolas mais inclusivas e promover o desenvolvimento de todos os estudantes.

Quando se trata da saúde mental dos docentes que atuam nas Salas de Recursos com alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, é essencial que haja uma formação e qualificação adequada desses profissionais para atender a esse público. Nesse sentido, é fundamental

a adaptação de currículos e a implementação de intervenções psicopedagógicas, visando promover mudanças específicas para a melhoria da educação inclusiva. O objetivo é garantir um ensino de qualidade, oferecendo oportunidades iguais para todos os alunos, independentemente de suas condições mentais, físicas ou outras, além de reconhecer e valorizar o trabalho dos professores de AEE e suas contribuições para a educação. Parte superior do formulário

CONCLUSÃO

O presente trabalho revela a urgente necessidade de uma formação docente mais robusta e direcionada para os professores que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais. A Educação Inclusiva deve ser tratada com atenção integral, englobando não apenas a construção de políticas públicas que a apoiem, mas também a implementação de projetos escolares que atendam a esse público-alvo, com currículos contextualizados e adaptados às suas necessidades. Nesse sentido, cursos de aperfeiçoamento, seminários e outras atividades formativas são fundamentais para ampliar o conhecimento dos docentes e promover a reflexão sobre a prática pedagógica, incentivando a mudança de atitudes no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, é fundamental que os professores de AEE atuem como multiplicadores de seus conhecimentos, auxiliando os professores da rede regular de ensino e orientando outros profissionais da comunidade escolar, com o objetivo de criar um ambiente colaborativo e de apoio mútuo. Dessa forma, todos os envolvidos no processo educativo devem ser orientados, desde a gestão escolar até os funcionários, para que a escola seja verdadeiramente inclusiva e acolhedora.

A saúde mental do professor de AEE desempenha um papel crucial tanto no bem-estar do próprio docente quanto na qualidade do ensino oferecido aos alunos. Professores com boa saúde mental estarão mais atentos às necessidades dos alunos e poderão oferecer um atendimento mais individualizado e eficaz, garantindo uma educação de qualidade. O bem-estar emocional desses profissionais reflete diretamente na qualidade das relações que mantêm com os alunos, essenciais para o desenvolvimento dos mesmos.

Por outro lado, professores com problemas de saúde mental podem enfrentar dificuldades significativas na execução de suas funções. Eles podem ter problemas para se concentrar, planejar aulas de forma eficaz ou estabelecer boas relações com os alunos, comprometendo diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o estado emocional dos professores também influencia o clima escolar. Professores que se encontram em boas condições de saúde mental contribuem para um ambiente mais positivo e colaborativo, o que favorece tanto o desempenho dos alunos quanto o relacionamento entre os colegas de trabalho.

Diante desse cenário, é fundamental que as escolas ofereçam suporte psicológico e emocional aos professores, por meio de grupos de apoio, acompanhamento individual e programas de bem-estar. Além disso, é necessário reconhecer e valorizar o trabalho dos professores de AEE, proporcionando-lhes oportunidades de formação continuada, para que possam se atualizar e desenvolver novas habilidades. A saúde mental dos docentes deve ser uma prioridade, pois professores bem preparados e emocionalmente equilibrados têm um impacto direto na qualidade do ensino oferecido e no ambiente escolar como um todo.

Em paralelo, os próprios professores também devem adotar práticas que favoreçam sua saúde mental, como a prática regular de atividades físicas, a adoção de uma alimentação equilibrada e a garantia de tempo livre para o lazer e o descanso. Dessa forma, ao cuidarem de sua saúde mental, os professores estarão mais capacitados para enfrentar os desafios do cotidiano escolar, promovendo uma educação de qualidade para todos os alunos, sendo assim, a saúde mental do professor de Aten-

dimento Educacional Especializado é essencial para garantir não apenas o bem-estar do profissional, mas também a qualidade do ensino oferecido aos alunos. Investir na saúde mental dos professores é, portanto, investir em um futuro mais justo e equitativo para todos. Políticas públicas que promovam a formação continuada, a valorização e o suporte emocional aos docentes são fundamentais para o sucesso da Educação Inclusiva, criando um ambiente escolar saudável e colaborativo, capaz de atender adequadamente às necessidades de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **A Escola Comum Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação (MEC), 2010.

BRASIL. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. [S. l.: s. n.], 2015. Acesso em: 04 jul. 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

BRASIL. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação (MEC), 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar - O que é? Porquê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).